



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO ESTADUAL
CENTRAL DE TRANSPLANTES**

O Que Você Deve Saber Sobre Doação de Órgãos (revisão 2019)

O que você deve saber sobre doação de órgãos

O que é doação de órgãos?

Algumas doenças em algumas pessoas chegam a um ponto em que um ou mais de seus órgãos deixam de funcionar. Antigamente essas pessoas morriam inevitavelmente. Hoje em dia, para algumas delas existe a opção de receber um transplante de órgãos, isto é, receber um órgão ou uma parte de um órgão (chamada tecido) de outra pessoa viva ou morta. Doação é o ato de dar, em vida ou após a morte, uma parte de seu corpo para salvar a vida ou melhorar a saúde do outro.

A doação é um princípio de imensa solidariedade que faz bem para a sociedade como um todo. Através dos transplantes pode-se ajudar diversas pessoas que estão em situação de doença e encontram-se em um angustiante estado de espera por um órgão ou tecido essencial para o funcionamento do seu corpo.

Quando pode ocorrer a doação?

A doação de alguns órgãos ou tecidos pode ocorrer em vida (doador vivo) sem que isso afete a saúde do doador. Outros órgãos ou tecidos somente podem ser doados após a morte (doador falecido). Pela lei brasileira a doação de órgãos de doador falecido só é permitida em uma situação chamada Morte Encefálica. A doação de alguns tecidos, porém podem acontecer após aquilo que chamamos de morte de coração parado.

O que é morte encefálica

A morte encefálica é a morte do cérebro (encéfalo), de todas as suas partes, incluindo o tronco cerebral que é a parte do encéfalo que controla a respiração, os batimentos cardíacos e a temperatura do corpo. Quando existe morte do encéfalo, a parada do coração e de todos os órgãos é inevitável depois de algum tempo. As funções do corpo só conseguem ser mantidas temporariamente de modo artificial pelos equipamentos existentes em uma UTI. O paciente com morte cerebral não pode respirar sem os aparelhos e o coração não baterá por mais de algumas poucas horas. Por isso, a morte encefálica já caracteriza a morte do indivíduo, tanto para os médicos como para a lei.

Como saber quando alguém está em morte encefálica?

Para caracterizar a morte encefálica do ponto de vista médico e legal são necessários vários passos (um protocolo). Esse protocolo é estabelecido por lei, e são realizados vários exames do doente por ao menos 2 médicos e além de um exame de documentação da morte, chamado exame complementar

Quando a morte encefálica é constatada, ela deverá ser notificada à Central de Transplantes, que é um órgão do Governo do Estado para registro e acompanhamento legal da situação, até a confirmação do diagnóstico e a possível doação dos órgãos e tecidos para transplantes.

O protocolo da morte encefálica (ME) foi estabelecido através da Lei 9.434 e encontra-se disponível no site da Secretaria da Saúde www.saude.rs.gov.br

Quais órgãos e tecidos podem ser doados?

Pulmão, pâncreas, vasos sanguíneos, ossos, intestino, ossículos do ouvido, pele, coração, válvulas cardíacas, córneas, medula óssea, fígado, rins, tendões e meninges.

Sobre o destino dos órgãos doados

Qualquer pessoa que precise de transplante tem o direito de ser atendida pelo Sistema Único de Saúde e de ser respeitada e tratada em suas condições. O Direito à Saúde é garantido pela Constituição Federal e não deve, de forma alguma, ser negado.

A Central de Transplantes do Estado acompanha todos os processos de doação de órgãos e tecidos que serão distribuídos. As equipes médicas de transplantes credenciadas inscrevem os pacientes de cada órgão em uma lista única no país que é gerenciada pela Central de Transplantes. As listas de espera por órgãos e tecidos são rigorosamente seguidas, garantindo ao cidadão o seu direito como receptor de órgãos. Além do tempo de espera na lista, existem outros fatores que definem para qual receptor irá cada órgão doado. Os outros fatores que definem a ordem da lista de espera são a gravidade de cada paciente e a compatibilidade do órgão com o paciente (em tamanho, idade e fatores imunológicos). As centrais de transplantes em todos os estados do Brasil controlam todo este processo, desde a confirmação da morte encefálica no doador, passando pela cirurgia de retirada dos órgãos, até a definição do receptor que receberá o órgão doado. Assim, as centrais de transplantes controlam o destino de todos os órgãos doados e retirados. Por isso, no momento da doação não se sabe ainda para quem irão os órgãos. A família do doador não pode escolher quem será o receptor dos órgãos doados. Essa escolha é feita pela Central de Transplantes através do sistema informatizado que gerencia as listas de receptores. Só se ficará sabendo quais os receptores dos órgãos após os exames e avaliações comentados acima. A doação segue a legislação brasileira e o processo é seguro, transparente e confiável. Todos os registros das doações e transplantes ficam guardados por 20 anos para verificações que sejam necessárias ao tratamento do doador ou do receptor.

Quem pode ser doador de órgãos e como fazer para isso

Pode ser doador qualquer pessoa que venha a morrer por morte encefálica e em que sua família autorize a doação dos órgãos ou tecidos. Apenas algumas poucas doenças, como alguns tipos de câncer e o HIV impedem a doação. Para doar tecidos, além da morte encefálica o doador pode ter tido morte com coração parado.

O passo principal para você se tornar um doador é conversar com a sua família e deixar bem claro o seu desejo. Não é obrigatório deixar nada por escrito. Porém, os familiares devem se comprometer a autorizar a doação de seus órgãos após a sua morte e, aí sim, será por escrito!

Os familiares que podem autorizar a doação são os pais, filhos, avós, netos, irmãos e cônjuge (ou companheiro em união estável).

Todo o doador deverá:

- Ter identificação e estar internado em unidade de tratamento intensivo hospitalar;
- Ter a causa da lesão cerebral estabelecida e conhecida, e ela ser irreversível;
- Não apresentar hipotermia (temperatura do corpo inferior a 35°C), hipotensão arterial ou estar sob efeitos de drogas depressoras do Sistema Nervoso Central;
- Ser submetido aos exames clínicos e complementares que demonstrem sem nenhuma dúvida a morte encefálica, caracterizada pela ausência de circulação de sangue no cérebro, além de inatividade elétrica e metabólica cerebral;

Sobre doação em vida

A doação de órgãos entre vivos é permitida no Brasil entre parentes de até quarto grau ou cônjuge. O candidato a doação deverá ter uma avaliação detalhada pelo seu médico. Ele deve estar em perfeitas condições de saúde para doar. Alguns fatores são importantíssimos para a doação. Um bom exemplo é a compatibilidade sanguínea, que é primordial para a doação de órgãos entre vivos. Há também testes especiais para selecionar o doador que apresenta maior chance de sucesso entre os parentes investigados. A doação em vida pode ser de um órgão duplo como o rim ou uma parte de um órgão, como o fígado, o pâncreas ou pulmão. Ou ainda, de um tecido como a medula óssea. A doação entre vivos só acontece se não representar NENHUM problema de saúde para a pessoa que doa. A Lei Brasileira sobre transplantes não permite que a doação afete de maneira grave a qualidade de vida do doador. A pessoa que está disponibilizando-se para ser doadora deve ter até o 4º grau de parentesco com o receptor e estar ciente de todas as implicações da transplantação.

Sobre a reconstrução do corpo

A doação de órgãos após a morte não viola o corpo do doador. Sua aparência física é preservada e a pessoa é respeitada nos devidos termos clínicos e humanos. O corpo é reconstituído após a cirurgia de retirada dos órgãos, deixando-o o mais próximo da aparência natural possível.

Sobre doação de medula óssea - O que é medula óssea?

É um tecido líquido-gelatinoso que ocupa o interior dos ossos, sendo conhecida popularmente por 'tutano'. Na medula óssea são produzidos os componentes do sangue: as hemácias (glóbulos vermelhos), os leucócitos (glóbulos brancos) e as plaquetas. O transplante de Medula Óssea é um tipo de tratamento proposto para algumas doenças que afetam as células do sangue. Consiste na substituição de uma medula óssea doente ou deficitária por células normais de medula óssea de um doador, com o objetivo de reconstituição de uma medula saudável. Também pode ser feito a partir de células precursoras de medula óssea, obtidas do sangue circulante de um doador ou do cordão umbilical. O transplante de medula também pode ser autogênico, que é quando a medula vem do próprio paciente.

Para que se realize um transplante de medula é necessário que haja uma total compatibilidade entre doador e receptor. Caso contrário, a medula será rejeitada. A análise de compatibilidade é realizada por meio de testes laboratoriais específicos, a partir de amostras de sangue do doador e receptor, chamados de exames de histocompatibilidade. Com base nas leis de genética, as chances de um indivíduo encontrar um doador ideal entre irmãos (mesmo pai e mesma mãe) é de 25%.

Quando não há um doador aparentado (geralmente um irmão ou parente próximo, geralmente um dos pais), a solução para o transplante de medula é encontrar um doador compatível entre os doadores voluntários de medula óssea. Esses doadores estão cadastrados em um registro, que no Brasil chama-se REDOME (Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea). No Brasil, o REDOME tem mais de 3 milhões de doadores, mas a mistura de raças dificulta a localização de doadores compatíveis. Nesses casos pode ser realizada a busca em bancos de medula do exterior. Hoje já existem mais de 21 milhões de doadores em todo o mundo, cujas células podem ser localizadas.

ATENÇÃO: Um dos fatores mais importantes relacionados à doação de órgãos e tecidos é o princípio da gratuidade. Em hipótese alguma a doação pode ser influenciada por fatores econômicos, seja no caso de doação pós-morte ou no caso de doação em vida. Tal ato é crime e atenta de maneira direta à dignidade humana e ao ideal de doação de órgãos sem discriminações. O tráfico de órgãos deve ser urgentemente denunciado.